

PARA LER OS DONOS DO PODER

Marcos Aurelio Lima Balbino¹

RESUMO

O objeto de estudo do presente trabalho é o pensamento político de Raymundo Faoro em sua obra mais famosa: Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. Tomando como ponto de partida a estruturação da monarquia portuguesa e percorrendo quase mil anos de história, o estudo de Faoro apresenta um quadro trágico de nossa evolução política e da incapacidade de aplacar as forças do estamento burocrático que, semelhante a um corpo flexível, moldou-se continuamente às novas situações, apropriando-se do Estado e bloqueando o desenvolvimento autônomo, em proveito de seu engrandecimento particular. Embora tenha sido lançada em uma conjuntura bastante distinta da realidade atual, seu argumento continua forte e pulsante, revelando contornos de uma nação inábil para superar o seu “pecado original”.

Palavras chaves: Política. Poder. Economia. Patrimonialismo.

ABSTRACT

The objective of this paper is the political thought of Raymundo Faoro, in his most famous book: “Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro”. Having as a starting point the Portuguese monarchy structuration and covering almost one thousand years, the study of Faoro shows a tragic frame of our political evolution and the incapacity to placate strength of the bureaucratic establishment that, like a flexible body, was molded in continuous with new situations, appropriating of the State and blocking the autonomous development, in benefit of its own dignify. Despite having been launched in its distinct conjunctures according to its actual reality, his argument to continue strong and pulsating, showing borders of an unable nation in order to overcome his “original sin”.

Keywords: Political. Power. Economy. Patrimonialism.

¹ Professor, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Multixi Castelo. Mestre em Ciência Política pela SBI/IUPERJ. Especialista em História do Brasil pela PUC/MG. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes de São José.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento desenvolveram estudos que buscavam explicar a trajetória evolutiva de nosso país. Filósofos, cientistas políticos, historiadores, sociólogos, antropólogos entre tantos outros, construíram argumentos com o intuito de explicar um Brasil repleto de particularidades, marcado pela miscigenação; pelo preconceito velado e ao mesmo tempo pela cordialidade das relações sociais; pela multiplicidade e convivência harmoniosa das religiões e, principalmente, explicações para um país multifacetado politicamente e que sempre alternou períodos de intensa evolução política, econômica e social com tempos sombrios de retrocessos.

O atual momento político e econômico vivido por nossa país enseja uma discussão ampla e profunda sobre as mazelas que corroem as estruturas do Estado, remetendo-o à completa ineficiência administrativa e ao descrédito da nação.

Nesse contexto de incertezas e profunda agonia política brasileira, torna-se necessário uma análise que permita entendermos que essa situação não é o fruto de desgovernos contemporâneos, mas uma condição construída historicamente ao longo dos séculos. Nesse sentido, o presente artigo promove uma discussão a partir da obra *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro, com o intuito de explicar a cisão entre o Estado e a nação e apontar uma explicação para captar, talvez, uma possibilidade de entendimento acerca de um país, cuja estrutura político-social remonta à colonização e permanece praticamente inalterada nestes mais de 500 anos de história.

2 SOBRE RAYMUNDO FAORO

Nascido em 1925, em vacaria, estado do Rio Grande do Sul, Raymundo Faoro pode ser considerado o autor de um dos maiores estudos já publicados sobre a História do Brasil. Embora sua obra não se configure como um livro do gênero, não é incomum encontra-la nas prateleiras dessa disciplina ao lado de autores consagrados como Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré Carlos Guilherme Mota, entre outros.

Formado em Direito, destacou-se como procurador do Estado da Guanabara e chegou à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil no ano de 1977, época do lançamento do “pacote de abril” e da criação dos “senadores biônicos” pelo presidente Ernesto Geisel. No intervalo de tempo entre a publicação da primeira e da segunda edição de *os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, publicou a obra de grande sucesso intitulada *A Pirâmide e o Trapézio* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974), dedicada a Machado de Assis. Foi eleito em novembro de 2000, por unanimidade, para ocupar a cadeira número 06 da Academia Brasileira de letras, que pertencia ao também advogado Barbosa Lima Sobrinho.

Embora não seja categoricamente um historiador, no sentido *stricto* da palavra que imputa a esses homens a descoberta e o manuseio de fontes e vestígios deixados por sociedades ao longo do tempo, podemos compreender a postura investigativa de Raymundo Faoro e a amplitude de seus escritos que revelam detalhes muitas vezes ocultos a outros historiadores, tomando como referência a lição de Luciano de Samosata² (apud SAGAN, 2006, p.293) “o historiador deve ser incorruptível; um homem independente, amante da franqueza e da verdade”

Raymundo Faoro, chamados por muitos de “o decifrador do Brasil”, faleceu em 2003, deixando uma vasta obra.

3 OS BRASIS DE OS DONOS DO PODER

O rigor persuasivo da obra publicada por Raymundo Faoro e sua capacidade de explicação da realidade por meio de uma longa viagem aos primórdios da civilização portuguesa, destacando os efeitos nocivos do continuísmo histórico para o Brasil, a tornou, ao longo das décadas, uma referência para as Ciências Sociais e Humanas. Todavia esse sucesso não condiz com a receptividade inicial do livro que, por ocasião da primeira edição, ficou restrito aos meios acadêmicos.

² Autor do tratado sobre historiografia intitulado “Como a história deve ser escrita, publicada no ano 170 d.C.

A primeira edição de *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro* data do ano de 1958, coincidindo com o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1961). Nesse momento o país conhecia um clima de euforia jamais visto, registrando elevados índices de crescimento industrial, urbano e demográfico que tinham como base de sustentação uma política de modernização industrializante concebida pelo Estado.

Submetida à apreciação pública no momento que a sociedade brasileira vivia a utopia do capitalismo adiantado e a solidez das instituições, a obra *Os Donos do Poder* carregava em seu conteúdo matizes reveladores das sequelas da colonização, ao mesmo tempo que imprimia denúncias severas aos descaminhos de uma civilização franzina. Tal situação parecia condena-la a trilhar a mesma trajetória de outros importantes escritos que não obtiveram o reconhecimento público e se tornaram privilégios de leituras para alguns poucos intelectuais.

Contudo, apesar do pouco sucesso inicial, *Os Donos do Poder* seguiu um caminho distinto daquele que a conjuntura política e econômica do país, nos anos 50, parecia lhe reservar. No ano de 1964, alterou-se radicalmente o quadro político brasileiro com a deposição do presidente João Goulart e a emergência de um Estado autoritário representado pelos militares.

Essas profundas transformações em nossa história geraram um ambiente extremamente acolhedor para as criações que tinham por objetivo a análise dos aspectos do continuísmo patrimonial e a reflexão da postura do Estado, enquanto mecanismo responsável pela condução dos rumos do país.

Dessa forma, em meados de 1970, a segunda edição de *Os Donos do Poder* veio à tona em um novo Brasil marcado pelo signo da repressão e pela falência do “milagre econômico”. Dentro desse contexto, as teorias desenvolvidas por Raymundo Faoro, acerca da persistência do estamento burocrático ao longo de nossa história, ganharam um novo fôlego, já que permitiam a compreensão de como uma determinada camada social, no caso o seu segmento militar, reassumia a tutela dos destinos do país.

4 A RADIOGRAFIA DA OBRA

Publicada originariamente em 1958, pela Editora Globo, na cidade de Porto Alegre, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, contava inicialmente com 14 capítulos distribuídos ao longo de 271 páginas e com 140 notas bibliográficas. A segunda edição, revista e ampliada, foi publicada no ano de 1975 pela Editora Globo em convênio com a Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, e apresenta uma configuração gráfica bastante distinta daquela lançada ao público anteriormente.

À nova edição foram acrescentados dois novos capítulos dotados de extensa erudição, com o objetivo de minudenciar a exposição do argumento faoriano sobre a República Brasileira e a continuidade de uma estrutura estamental que nasceu nos primórdios da história portuguesa e conseguiu atravessar o largo Oceano Atlântico, resistindo aos séculos e influenciando o desenvolvimento do país até os dias atuais.

O texto foi praticamente triplicado e passou a ter 759 páginas, dispostas em dois volumes, contando ainda com o incrível aumento de notas bibliográficas que passaram a somar 1.335. Foi com esse formato que a obra conheceu definitivamente o sucesso, sendo reeditada seguidamente nos anos posteriores.

A tese de Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*, fundamenta-se nas concepções weberianas para quem a dominação tradicional torna-se de patriarcal a patrimonial e estamental, na medida em que aponta para a formação de um corpo administrativo que se faz órgão de domínio e toma para si as prerrogativas econômicas e de mando, gerindo-as como se fora um negócio privado. Tal situação seria uma realidade portuguesa transplantada ao Brasil com o processo colonizador, a qual foi consolidada com o advento da República.

5 A VIAGEM REDONDA: DO PATRIMONIALISMO AO ESTAMENTO

Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro apresenta uma linha de desenvolvimento que abrange seis séculos de história luso-brasileira, permitindo

uma viagem pelos múltiplos acontecimentos que conduziram D. João I, o Mestre de Avis, ao trono de Portugal, no ano de 1385 até a tomada do poder, no Brasil, em 1930 por Getúlio Vargas. Seu argumento baseia-se no fato de que os vários movimentos de ruptura ao longo de nossa história não contribuíram para, de fato, rompermos com o passado, e, que as propostas de modernização, na verdade, apenas fizeram confirmar os múltiplos contrastes da velha e eterna ordem.

A estrutura do capitalismo politicamente orientado fundiu-se ao Estado e, ao longo da história, adaptou-se ao capitalismo de ordem racional, que permitia aos indivíduos a previsibilidade dos negócios baseado sempre na garantia das instituições. Nesse universo, a comunidade política entendia os negócios públicos como os seus, com os empreendimentos sempre a explorar ou tosquiar. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – “assim é porque sempre foi” (FAORO, 1975, p. 733).

Entende-se, portanto, que o processo econômico brasileiro, da lavoura de exportação colonial até a industrialização na era republicana, percorreu os ditames desse patrimonialismo estamental, sempre respondendo aos interesses do quadro administrativo, sendo este orientado por componentes civis ou militares.

Como forma de explicar o atraso brasileiro, Faoro (1975) promove uma análise da evolução econômica dos países da Europa Continental e sugere que os mesmos sofriam as deficiências do desenvolvimento incompleto, sendo incapazes de alcançar o ritmo do capitalismo moderno ou racional, como fez a Inglaterra. Nesse país ocorreu a inversão do papel do Estado, que se transformou no mecanismo responsável pela garantia das liberdades do indivíduo, transformado de súdito em cidadão, por meio de ações mensuráveis e previstas, com seu campo de ação restrito pelas leis e pelos juízes.

Ao discorrer sobre o retardamento do desenvolvimento da Europa Continental, Raymundo Faoro (1975) fundamenta sua tese nos argumentos desenvolvidos por Karl Marx (1818-1863) e Leon Trotsky (1879-1940). De acordo com o filósofo alemão, a

incapacidade das nações europeias em adequar-se ao modelo inglês estaria vinculada à permanência de modos de produção obsoletos, que influenciariam negativamente as relações político-sociais. Já Trotsky, um adepto das teorias marxistas, expõe que a busca para a superação do atraso e a incorporação ao ritmo mundial, forçariam essas civilizações a promoverem saltos³. Desse pensamento nasceu a lei do desenvolvimento desigual e combinado que, segundo seu criador, promoveria a aproximação de etapas distintas, combinando setores oriundos das mais modernas formas produção com setores que representavam as relações de produção arcaicas.

Continuando sua análise sobre o desenvolvimento incompleto, Raymundo Faoro critica os historiadores que analisam o capitalismo moderno como uma realização acabada da história. Para ele, os estudiosos abordam a existência do Estado patrimonial tomando como premissas as concepções weberianas de tipo ideal. Quando, na verdade, “o ponto de referência é o capitalismo moderno, [...] tratados os estilos divergentes como se fossem desvios, atalhos sombreados, revivescências deformadoras, vestígios evanescentes”. (FAORO, 1975, p. 735).

Diante dessa concepção de civilização completa ou em vias de completar-se, o passado recebe um tratamento analítico linear dentro de uma ordem racional que se pressupõe verdadeira. O criador de *Os Donos do Poder* contrapõe essa ideia com a seguinte afirmação: “o passado tem, entretanto, suas próprias pautas, seu curso, embora não caprichoso, obra dos homens e das circunstâncias não homogêneas”. (1975, p. 735).

Na concepção de Raymundo Faoro (1975), a história brasileira é notadamente marcada pela permanência secular da estrutura patrimonial, que assumiu do modelo capitalista inúmeras características como, por exemplo, as técnicas e as empresas, porém nunca encampou, de fato, sua ideologia. Para ele, nós desenvolvemos ações que percorreram caminhos diversos aos sugeridos pelo capitalismo, e acabamos conjugando, ou adaptando, as práticas modernizantes ao nosso passado.

³ O pensador russo explica o conceito com o seguinte exemplo: “selvagens lançaram fora os arcos e flechas e armas e apanharam imediatamente os fuzis, sem percorrer o caminho que havia entre essas duas no passado”. (FAORO, 1975, p. 365).

A um corpo renovador, expansivo e criador, se agregam, em convivência relutante, nações modernizadoras, em constante adaptação, mas dentro de projeções de seu próprio passado, de sua história, lançada em outro rumo (FAORO, 1975, p. 736).

A principal característica da situação de permanência do passado em nossa história é a existência, junto ao núcleo central de poder, do estamento, que, gradativamente, transforma-se de aristocrático para burocrático. Inicialmente, houve a apropriação do setor econômico por esse corpo, causando uma confusão do setor público com o privado, pois as competências de cada um ainda não haviam sido claramente fixadas; essa fase exprimia o domínio patrimonialista pessoal. Com o passar dos tempos e o aperfeiçoamento da estrutura administrativa, a dominação patrimonialista pessoal se transmuta em patrimonialismo estatal, e, nesse longo percurso, o estamento sofreu mudanças para acomodar-se às novas situações e burocratizar-se, mas sem alterar os seus alicerces fundamentais.

O argumento desenvolvido por Raymundo Faoro aponta para a “compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo” (1975, p. 736), como uma das possibilidades para a compreensão da história luso-brasileira. Para o autor, o patrimonialismo adaptou-se constantemente às novas situações propostas pelo mundo externo e concentrou no mecanismo estatal a capacidade de regulamentação e direção material da economia. Nessa sucessão de acontecimentos, o estamento encontrou o ambiente propício ao seu fortalecimento. Ele “imperava, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de governo. (FAORO, 1975, p.737).

De acordo com os estudos desenvolvidos por Faoro (1975), a situação estamental atravessou os tempos e se profissionalizou, gerindo os negócios públicos como se fossem seus e sem representar a nação. O processo histórico brasileiro nos demonstra essa faceta: o antigo estamento burocrático da Colônia – que se moldou à situação de modernização republicana – tomou para si as rédeas do processo político e econômico nos anos iniciais da colonização e percorreu toda a nossa história, ainda se apresentando como uma macabra realidade no século XX e, que se estende ao século XXI, embora o autor encerre seu argumento no período Vargasista.

Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém vindos, imprimindo-lhes os seus valores (FAORO, 1975, p. 737).

Raymundo Faoro (1975) distingue a burocracia do estamento, valendo-se, para isso, das concepções de Karl Marx acerca do bonapartismo. Na doutrina marxista, a burocracia seria a expressão formal do domínio racional, própria ao Estado e excepcionalmente autônoma, já o estamento seguiria um caminho distinto, originando-se no patrimonialismo e invadindo os domínios econômicos e políticos em proveito da classe dominante.

Entretanto, diferente da proposta elaborada por Marx, para quem o bonapartismo seria uma etapa transitória, não passando de “uma aparência, já ultrapassada sua concepção antiga, existindo sempre, oculta ou extensiva, uma classe dominante, embora transicional na cúpula” (FAORO, 1975, p.738), o estudo de Faoro aponta que tal fenômeno caracteriza uma situação permanente, sendo responsável, no Brasil, pela manutenção de uma situação constante do alheamento do povo ao poder, travestido de feições democráticas. O excerto abaixo ratifica a análise:

O próprio bonapartismo, em lugar de ser uma expressão política própria, serve para assegurar uma situação permanente, a aparência democrática, cesarista num quadro autocrático, generalização e não participação do poder pelo povo – César – o herói e a caricatura – desce a escada do palácio e se dirige ao povo, para melhor afastar a soberania de baixo para cima, num espetáculo aclamatório, em favor do D. Pedro II, Napoleão III ou Getúlio Vargas. (FAORO, 1975, p.738).

Nesse sentido, é possível compreender como o Estado e a Nação percorreram caminhos distintos ao longo dos vários séculos de história. O governo, atuando como um árbitro entre as classes, e a comunidade política desenvolvendo os meios necessários à satisfação de seus interesses, por meio da criação de mecanismo de controle e regulação próprios. O Estado torna-se, então, provedor de todas as esperanças: ricos e pobres esperam do chefe soberano a satisfação de suas necessidades mais profundas. No juízo de Faoro (1975), o Chefe do Estado tem sua feição delimitada pelo quadro que o cerca e o seu papel não se resume apenas à condição de líder supremo, mas comandante do estamento e das relações sociais.

A medida que o estamento de desaristocratiza-se e se burocratiza, apura-se o sistema monocromático, com o retraimento dos colégios de poder. Como realidade, e, muitos momentos, mais como símbolo do que como realidade, o chefe provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais (FAORO, 1975, 739-740).

Faoro (1975) compara o chefe supremo do governo ao bom príncipe, que, por meio de uma política de concessões sociais, busca o apoio incondicional das massas, sem, no entanto, permitir a participação destes no seu governo. “o bom príncipe, o pai do povo guarda, na sua prudência de generalizar a aparência do poder, sem abrir nenhum canal de participação [...]” (1975, p. 740). Por consequência, emergem dessa condição duas realidades antagônicas: a sociedade e o estamento. “Uma espera um taumaturgo, que, quando a demagogia o encarna em algum político, arranca de seus partidários mesmo o que não têm; a outra, permanece e dura, no seu trapézio de equilíbrio estável (FAORO, 1975, p. 740-741).

Em *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*, uma das preocupações de Raymundo Faoro é apresentar a distinção entre o estamento e a elite, ou classe política. Suas ideias conduzem para o entendimento de que no governo estamental obrigatoriamente há a monopolização do poder e, por consequência, o impedimento da representação da vontade geral. “O único detentor impõe à comunidade sua decisão política fundamental, isto é, ‘dita-a’ aos destinatários do poder” (FORO, 1975, p. 741).

Apresentando um contraponto à essa visão monopolizadora de poder, Faoro argumenta que “a minoria governa sempre, em todos os tempos, em todos os sistemas políticos (1975, p. 741), mas que o poder, nessas condições, está sujeito a um movimento de renovação, não se restringindo a um grupo fechado. Aqueles que possuem tal poder estão envolvidos na criação da vontade estatal e o povo ou a maioria exerce a tarefa de controlar essa vontade. Esse quadro condiz, apenas, com uma realidade democrática e constitucional.

E completa seu raciocínio destacando que nesse ambiente a transmutação das elites em estratos privilegiados e fechados é frustrada com a efetiva atuação das instituições

sociais; enquanto no patrimonialismo, o poder é diluído nas elites. “A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo poder de comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático” (FAORO, 1975, p. 742).

Faoro (1975) ainda discorre sobre as dificuldades em delimitar os campos da burocracia e do controle popular nos países em formação e nos superdesenvolvidos. No primeiro caso, a elite burocrática encampa as técnicas do capitalismo industrial e tenta se autonomizar, rejeitando a classe política. No segundo, a elite tecnocrata toma para si as funções públicas, antes destinadas à empresa liberal. A passagem abaixo explica o movimento dessas elites dentro da estrutura que o autor classificou como novo Estado Industrial.

Ocorre que, no chamado novo Estado Industrial, a atividade particular, nas organizações de larga envergadura, torna-se uma extensão da burocracia oficial, da qual depende e a cujas necessidades serve. A separação entre o campo econômico e estatal se aproxima, em favor de largo complexo capaz de abarcar ambos os setores. A dinâmica do mercado aberto, congenial ao liberalismo, se altera em direção ao mercado administrativo, com demandas políticas seletivas, de caráter militar e político. (FAORO, 1975, p. 743).

Por consequência, toda essa situação contribui para o nascimento de caminhos próprios de desenvolvimento, contrapondo-se ao modelo clássico, “que reduz os tipos universais a estágios de um padrão único” (FAORO, 1975, p. 743). Nesse sentido, compreende-se o estamento burocrático que encontra um padrão típico de conduta perante a ordem internacional, comandando e cooptando aos seus quadros os elementos necessários à sua sobrevivência.

O brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração ao aparelhamento estatal, não no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana de bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo. (FAORO, 1975, 743).

Raymundo Faoro (1975) conclui sua obra apresentando que as mudanças, ao longo de nossa história, permitiram o continuísmo da estrutura de dominação, por meio da constante atualização do sistema estamental. Na sucessão de acontecimentos históricos, o poder foi assenhoreado por um grupo distinto da plebe o qual transformou o chefe do governo em apenas um gestor de negócios. Nessa ambiência, o povo

desprovido de maiores desejos envereda nos caminhos do parasitismo, concentrando todas as suas esperanças nas benevolências do Estado.

Para o criador de *Os Donos do Poder*: a formação do patronato político brasileiro, não ocorreu, de acordo com a lição de Toynbee (1947), a sucessão do proletariado e, por consequência, a cultura brasileira não conseguiu emergir, “frustrada ao abraço sufocante da carapaça administrativa” (FAORO, 1975, p. 748). O aparelho estatal não se renovou e a permanência das antigas instituições jugulou a realização do moderno, condicionando-nos ao atraso eterno. A nossa veleidade civilizatória foi anulada. “Cobrindo-a, sobre o esqueleto de ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante”. (FAORO, 1975, 748).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de apresentar explicações miraculosos acerca do Brasil, Raymundo Faoro caracteriza-se por ser um autor que possui uma forma muito peculiar de exposição de ideias, pois não preza a simples descrição factual. No desejo de promover uma interlocução com seu leitor, ele o conduz ao conhecimento por meio do raciocínio metafórico aproveitando-se do jogo de conceitos e do jogo de palavras para criar novas evidencias ao explicar as suas preferencias teóricas, nunca deixando de apontar como chegou a tal conclusão.

Ao escrever a 2ª edição de *Os Donos do Poder*: a formação do patronato político brasileiro, o autor dilata o argumento inicial (1958) para fornecer ao seu leitor as ferramentas necessárias à perfeita decodificação e, também, para a ratificação de sua proposta de análise sobre o Brasil.

Parece-nos oportuno salientar que, qualquer escritor que se proponha a refazer um estudo, estará propenso a rever algumas de suas concepções que nortearam a primeira criação, ainda que esta revisão não desconfigure a essência original, como é o caso de Raymundo Faoro e *Os Donos do Poder*.

A predominância da teoria weberiana explica-se devido ao enfoque que Raymundo Faoro desejou imprimir à sua criação, abordando o atraso civilizatório de nosso país. Para ele, o vício de origem explicaria o aspecto singular da nossa formação social, que herdou da tradição ibérica uma espécie de legado macabro, caracterizado pela dominação patrimonialista e por um tipo de capitalismo politicamente orientado que coibiu a livre expansão do mercado e apagou os traços de legalidade racional da economia.

Esse atraso teria, a partir da permanência de uma estrutura de longa duração, cindido o Estado e a Nação, causando a paralisia do autonomismo das classes, do pensamento liberal e do capitalismo racional.

A proposta de exame da condição brasileira, tomando como referência um quadro de longa duração, possibilita classificar a escrita de Raymundo Faoro como uma descrição densa (GEERTZ, 2008), a qual lida com as estruturas, as instituições, os aspectos do pensar, os modelos políticos, e tantos outros aspectos, indagando o quanto esses fatores colaboraram para frear ou acelerar os acontecimentos históricos.

Por fim, cumpre-nos destacar a grandiosidade e a importância do pensamento de Raymundo Faoro para as Ciências Sociais em nosso país. É possível afirmar que o fato de desencadear discussões sobre seus conceitos e modelos interpretativos explica-se pela intensidade do argumento que, mesmo em uma conjuntura histórica totalmente distinta daquelas relativas à primeira ou segunda edições, mantém-se pulsante, fruto da persistência dos burocratas no poder, negando à nação a autonomia no seu desenvolvimento.

7 REFERÊNCIAS

FAORO, RAYMUNDO. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 2 v.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. 1ed., 13 reimpr., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios:** a ciência vista como uma vela no escuro. Tradução Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.